

CEDI - P. I. B.
DATA 10/12/92
COD. 14000031

Operação Anchieta

- O P A N -

RELATORIO ANUAL

DA COORDENAÇÃO

1 9 9 1

Cuiabá, Mato Grosso

abril/1992

OPERAÇÃO ANCHIETA - OPAN

RELATORIO ANUAL DA COORDENAÇÃO - 1 9 9 1

1. INTRODUÇÃO

Neste relatório procuramos, de maneira breve, apresentar as principais atividades desenvolvidas pela Coordenação da OPAN - OPERAÇÃO ANCHIETA no decorrer de 1991. Ao prestar contas do trabalho realizado desejamos divulgar o que estamos fazendo e, ao mesmo tempo, receber críticas e sugestões para melhor cumprir nosso objetivo de solidariedade aos povos indígenas.

O Brasil atravessa uma de suas piores crises, evidenciada pela forte retração econômica, pelo agravamento das tensões sociais e pela incapacidade que os governantes têm mostrado de prover os serviços públicos básicos. Esta crise atinge também as comunidades indígenas e suas terras, acentuando o quadro de violências, invasões, espoliação e desassistência. Apesar de tudo, percebe-se que a consciência e a organização dos índios, contrapondo-se às adversidades, tem crescido satisfatoriamente. A luta por seus direitos, a ação das organizações de base, as inúmeras assembleias, as iniciativas para auto-demarcar suas terras, o vigor das mobilizações e denúncias, tudo isto está a demonstrar o salto qualitativo do movimento indígena.

Neste contexto, a OPAN perseguiu com mais afinco, por meio de sua Coordenação e suas equipes locais, o apoio efetivo e a prestação de serviços diretos às comunidades indígenas, bem como melhor capacitação de seus quadros para atender às demandas dos trabalhos planejados. São estes nossos compromissos!

Nos tópicos que seguem, destacamos as deliberações da Assembleia Geral, que aconteceu em janeiro de 1991, a realização do Estágio e engajamento de novos voluntários e o programa de acompanhamento aos Projetos de Trabalho. Ao fim, listamos outras iniciativas tomadas pela Coordenação e salientamos a avaliação do período e as perspectivas.

A Coordenação estava composta por João Dal Poz, coordenador geral, Ivo Schroeder, coordenador financeiro, e Ivar Busatto, coordenador técnico. Como colaboradores, Thélia Pinheiro, no Setor de Formação, Sandra Barbosa, no Setor de Documentação, Uirá Schroeder, na organização da Biblioteca, e Vanda Barbosa, na administração da sede. Na secretaria, Márcia de Campos, e para os serviços gerais, Benedita Moreira.

Márcio Silva, Joana Fernandes, Egydio Schwade, Sidnei Peres, Arlindo Leite, Darci Secchi, Paulo Guimarães, Felisberto Damasceno, Paulo Magalhães, Michael Nolan e Iara Ferreira colaboraram e prestaram assessoria, em vários momentos. O Secretariado do CIMI, o CIMI/Norte I, o CIMI/MT, a UNI/Acre, MOPS, o CTI, a CPI/SP, o PKN, a IECLB, o GTME, a CPT/MT, o

GERA/UFMT, o gabinete da deputada Serys Shessarenko, a Prelazia do Alto Solimões, a Prelazia de Lábrea e a Prelazia de Tefé foram nossos parceiros em inúmeras iniciativas. MISEREOR, WEKEF, Desenvolvimento e Paz, Sb-Suben, Kathliche Jungschar, Kathliche Mannerbewegung, CESE, OXFAM, Nouvelle Planete e Embaixada do Canadá cooperaram com os recursos necessários. A todos, agradecemos e confiamos a continuidade dos trabalhos e compromissos assumidos.

2. ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral realizou-se entre 20 e 26 de janeiro, na sede em Cuiabá, com a participação da maioria dos membros, e dos estagiários. Como convidados estavam presentes Sebastião do CIMI/MT, Egon do CIMI/Norte I, Rubens do GTME e Sandrinha, colaboradora da Coordenação.

De início, os participantes levantaram dados da realidade relacionada às forças políticas e econômicas e suas articulações e às organizações populares e indígenas e como estas se organizam para contrapor-se às primeiras. Verificou-se um avanço das forças políticas conservadoras, que representam os interesses dominantes (seringalistas, comerciantes, madeireiros, garimpos, etc.). Por outro lado, as organizações populares e indígenas, os partidos e as próprias entidades de apoio enfrentam dificuldades e vem sendo desarticuladas, ou até cooptadas, com suas bandeiras incorporadas ao discurso oficial. A ressaltar ainda, os empreendimentos econômicos na Amazônia que são francamente predatórios, comprometendo o meio ambiente. Esta região, porém, está na pauta das discussões internacionais, podendo se abrir espaço para a demarcação de terras indígenas.

No relato e avaliação dos Projetos de Trabalho, discutiu-se os objetivos, enfocando as atividades desenvolvidas, as dificuldades, a participação dos índios, as articulações estabelecidas e, finalmente, as questões para apreciação da Assembléia. A seguir estão as principais decisões sobre cada Projeto.

Pauini: A Coordenação convidará Denise, para uma avaliação sobre os trabalhos junto aos Apurinã e Uni-Norte; a Coordenação e equipes indigenistas próximas devem somar esforços para buscar recursos financeiros e recompor a equipe.

Kulina: Integração e compromisso de um trabalho em conjunto entre as equipes da OPAN na mesma região; ampliação da equipe e elaboração de um projeto financeiro para um prazo maior.

Kawahib: Discutir com a Coordenação e outros interessados a nova proposta de atuação na região, tomando-se por base todas as avaliações de 1990, para elaboração de novo programa de trabalho.

Canamari: Rearticular politicamente o Projeto, prevendo discussões e planejamento com CIMI, Prelazia de Tefé e outros aliados, além de estudar a possibilidade de recompor a equipe, buscando-se recursos financeiros.

Anambai: Elaborar um novo pedido financeiro para que contemple ampliação da equipe para duas pessoas e infraestrutura adequada. No segundo semestre promover análise da conjuntura local e do andamento do trabalho.

Alto Solimões: Promover uma reunião em Manaus, com representante da Prelazia, da equipe, da Coordenação e representante e assessores do CIMI/Norte I, para avaliar o processo de afastamento da equipe e discutir a possibilidade de atuação naquela região.

Enawene-Nawe: Realizar reunião de avaliação, colocando na pauta a participação dos colaboradores nos trabalhos do Projeto; ressaltar a preocupação e a reflexão sobre a questão da economia indígena; elaborar um novo projeto para o triênio 92-94.

Katukina: Renovação do convênio com a Prelazia de Tefé e apresentação da nova equipe; ampliação da equipe, admitindo-se uma terceira pessoa. A questão da malária deve merecer atenção prioritária da equipe, cujos esforços devem estar direcionados na prevenção, com domínio na leitura de lâminas e busca de novas formas de tratamento e medicamentos.

Zuruaha: Ampliação da equipe; urgência em encontrar alternativas para encurtar o longo tempo de viagem e os riscos de malária. A OPAN deve colaborar nas pressões aos órgãos governamentais, para homologação da área. Está prevista para junho, reunião da equipe com representantes da Prelazia, CIMI e OPAN, precedida da viagem de um representante da Coordenação ao Projeto. Sugere-se utilizar os contatos e o convênio CIMI/Fiocruz, como também as instituições especializadas de Manaus, para debater a questão da malária e traçar possibilidades concretas de superar, este problema crônico que a equipe enfrenta há vários anos.

Avaliação da Coordenação e do Estágio

Sobre os Encontros de Educação, concluiu-se que não cabe mais realizá-los. Eles serviram para refletir e sistematizar as experiências em andamento, papel que, atualmente, vem sendo cumprido por outras entidades. Deve-se tomar iniciativas junto a universidades e órgãos afins, para capacitação de profissionais em Educação Indígena. Finalmente, deve-se apoiar os professores indígenas na sua organização e assessorar sua melhor capacitação.

Sobre o processo de avaliação, no âmbito da OPAN, é necessário discutir propostas de encaminhamento e metodologia, incluindo na programação das equipes, avaliações periódicas. Ao lado do acompanhamento técnico, é necessário trabalhar as questões pessoais e de relacionamento.

Quanto a questão financeira, é preciso alimentar a solidariedade e diversificar a captação de recursos, inclusive no próprio país. Que as equipes agendem discussões internas e busquem contatos e alternativas para possíveis colaborações.

Quanto ao Estágio, é imprescindível que as Equipes venham expor o trabalho na primeira fase. Os estágios práticos devem ser programados com antecedência e acompanhados de um

rigoroso processo avaliativo. A Assembléia aprovou Ednelson, Maria das Dores, Paulo Roberto, Angela, Danilo e Rita como membros.

Os participantes apontaram outras necessidades, deliberando as seguintes tarefas à Coordenação: Remeter pacote de informações para os membros em área como: recortes de jornais, assinaturas de periódicos, calendário da Coordenação e das equipes, relatórios dos Projetos, anúncios de cursos e encontros. Também foi proposta a reciclagem dos membros da OPAN, para que se apropriem de instrumentos teóricos de análise e qualificação de sua prática. Para isso, agendar as oficinas do Estágio para a reciclagem dos membros. Aproveitar a Assembléia para um encontro de estudos. Criar um Fundo de Saúde e de Desligamento.

A Assembléia decidiu ainda pela abertura do Projeto Aripuanã, em torno de dois eixos centrais: a economia indígena e a ecologia da Amazônia matogrossense. Organizar um programa, visando polarizar iniciativas e recursos para dar curso a ações em área. E pela abertura do Projeto Educação Indígena em Mato Grosso, para acompanhamento de escolas indígenas, capacitação e apoio a organização dos professores indígenas.

Finalmente elegeu-se a Coordenação e Conselho Fiscal para o próximo biênio. A Coordenação foi reeleita, ficando composta por João Dal Poz, coordenador geral, Ivo Schroeder, financeiro e Ivar Busatto, técnico. Para o Conselho Fiscal foram eleitos Angela, Paulo Roberto e Ednelson.

3. SEDE E ADMINISTRAÇÃO

Das atividades na Sede, em Cuiabá, é preciso assinalar que o Arquivo de documentos avulsos está em funcionamento integral. Foi iniciada a organização da Biblioteca (tombo e classificação de livros e periódicos) e dos recortes de jornais, dentro da nova sistemática. Para o Arquivo fotográfico foi formulada uma proposta, a ser implementada.

Para viabilizar recursos, a Coordenação se empenhou na elaboração e encaminhamento de vários projetos financeiros, prestando também apoio às equipes no mesmo sentido. Assim, colaborou com as respectivas equipes na elaboração das seguintes solicitações: Projeto Kulina - apresentado à Oxfam/Recife e à Brasilien Initiative (Freiburg/Alemanha); Projeto Enawene-Nawe - para a renovação do projeto por mais três anos, através de Misereor, e aquisição de barco e motor, através da Embaixada do Canadá; Projeto Amambai - avaliação e pedido de renovação, por mais dois anos, à Katholische Jungschar (Austria) e pedido à McArthur Foundation para produção de audio-visual sobre a escola Guarani e para Encontro de Professores; Projeto Zuruaha - novo pedido à Katholische Jungschar (Austria), por dois anos; Projeto Kawahib - renovação do financiamento através de Oxfam/Recife, por mais dois anos.

Ao lado destes, a Coordenação encaminhou as seguintes solicitações: Projeto Pauini - reformulação do projeto e apresentação à Katholische Jungschar, por três anos; pedido para ampliação da sede foi apresentado à Misereor e depois ao Consulado Geral da Alemanha; para divulgação das experiências de

auto-demarcação das terras Enawene-Nawe e Kulina, apresentado para a Embaixada do Canadá e posteriormente para McArthur Foundation; para o acompanhamento do Processo contra os assassinos do índio Yamner Surui, renovação para CESE/Salvador, por mais um ano; "Médicos Sem Fronteira" (França) recursos para edição de uma cartilha de saúde Paresi.

Finalmente, cabe assinalar que, por decisão da Assembléia, foi regulamentado e implementado um Fundo de Desligamento e de Saúde, para os membros da OPAN, sustentado por uma contribuição anual dos mesmos.

Reuniões com representantes de agências

Visita de José Karajá, Oxfam/Recife, para discussão do apoio ao Projeto Kulina e Kawahib, em 31 de maio, em Cuiabá.

Visita de Normand Asselin, chefe da cooperação técnica da Embaixada do Canadá, no dia 11 de junho, que nos procurou em Cuiabá, para tratar de projetos em conjunto, com apoio da Embaixada.

Visita das representantes de Katholische Jungschar Oesterreich, Fernanda Ramos e Ruth Ankerl, no dia 16 de julho, para discussão do apoio aos Projetos Amambai, Pauini e Zuruaha. Junto com o Coordenador financeiro, procederam a uma visita ao Projeto Amambai (MS).

Com Jean Luc Nahel, de Médicos Sem Fronteiras (França), no dia 22 de julho, para quem havíamos solicitado apoio para edição de uma cartilha de saúde Paresi.

Em outubro, em S. Paulo, participamos de Encontro com representante do Chanceler da Alemanha, para informação sobre a política indigenista, a situação dos povos indígenas e a intervenção das diferentes agências, inclusive do movimento indígena.

Participamos também da assembléia do GTA/G7, em Brasília, que vem se estruturando para possibilitar a participação das entidades na aplicação de recursos, prometidos pelo Grupo dos Sete (G-7), para o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais.

4. SETOR DE FORMAÇÃO

A definição do grupo de pessoas que realizou o Estágio em 1991 foi feita a partir de correspondência, telefonemas, conversas informais e por ocasião de dois encontros, promovidos especialmente para um mútuo conhecimento, que ocorreram em dezembro/90 e em janeiro/91. Desta forma, o grupo inicial que faria o Estágio com perspectiva de um engajamento na entidade foi de seis pessoas, sendo Paulo Humberto Borges, Tânia M. Ferreira, Joaquin C. Pereira, Reginaldo Ferreira Rosa, Marta R. Torrezan e Sandra H. Amorim. Oferecemos espaço para outras 4 pessoas: Josemar Pereira e Antonia Diógenes Pereira, companheiros do Projeto Amambai, Paulo Welker e Valmir Egggest, ambos do COMIN (Conselho de Missão entre Índios) da IECLB.

Curso de formação

Com um grupo de 10 pessoas, portanto, iniciou-se a primeira Fase, cumprindo o seguinte programa, com os respectivos assessores e carga horária:

- Apresentação da OPAN, questões práticas, visitas a entidades de Cuiabá (CIMI, CPT, GERA, MUSEU RONDON), de 22 a 26 de abril;
- Introdução à Antropologia, com Joana Fernandes, professora da UFMT, de 29 de abril a 3 de maio;
- História e ocupação da Amazônia e Conjuntura Política, com Egydio Schwade, ex-membro da OPAN, integrante do Marewa e do CIMI Norte I, de 6 a 10 de maio;
- Indigenismo e Política Indigenista, com Sidnei Clemente Peres, do PETI/Museu Nacional, de 13 a 17 de maio;
- Educação Indígena, com Arlindo G. O. Leite, do GTME e mestrando da UFMT, de 20 a 29 de maio;
- Acampamento e treinamento de mato, com Cláudio Conte, colaborador do Projeto Enawene-Nawe, de 30 de maio a 1 de junho;
- Noções de Saúde, com assessoria do MOPS e a enfermeira Graça, da FUNAI, de 3 a 6 de junho;
- Economia Indígena, com Ivar Busatto, da Coordenação da OPAN, nos dias 10 e 11 de junho;
- Legislação Indigenista, com Felisberto Damasceno, assessor jurídico do CIMI, nos dias 12 a 14 de junho;
- Introdução à Linguística, com Darci Secchi, professor da UNIC, nos dias 16 a 20 de junho;
- Apresentação dos Projetos de Trabalho e encaminhamento para estágio prático, de 23 a 30 de junho;
- Avaliação da primeira Fase, com a Coordenação, dias 2 e 3 de julho.

Da avaliação da primeira Fase, vale destacar que as diferenças e as origens diversas das pessoas demandaram um esforço grande do grupo e do acompanhamento da Coordenação. Para sanar as dificuldades, principalmente de relacionamento interno do grupo, programou-se para a terceira Fase uma semana de Dinâmica de Grupo, com André Barreto. Quanto às avaliações semanais elas se centraram mais no desempenho dos assessores e se mostraram insuficientes para a verificação do aprendizado dos estagiários. Devido a sua importância, a semana de Antropologia deveria se estender para duas semanas, oferecendo assim uma base para o restante do curso. Finalmente, mostrou-se necessário apresentar os Projetos de Trabalho com maior antecedência, para definição dos estágios práticos, com tempo hábil para que os estagiários tenham acesso à leitura de bibliografia e do material escrito, existente sobre o povo escolhido para realização da segunda Fase.

Os Estágios práticos realizaram-se junto a Equipes locais da OPAN. Tânia e Paulo Humberto estiveram no Projeto Pauini, Marta e Joanício no Kawahib, Sandra e Reginaldo no Projeto Kulina. O casal Antonia e Josemar retornaram para Amambai, Valmir (Miro) e Paulo, ligados ao COMIN, também realizaram estágios práticos, o primeiro na aldeia Kulina do Cacau e Acuraua, onde já atuava e o segundo tentou sem êxito um estágio entre os Cinta Larga, da aldeia 14 de Abril, sendo depois destinado para Eirunepé, onde permaneceu até o final de setembro em diversas aldeias Kulina, junto com o Pastor Walter Sass.

Tânia e Paulo Humberto inicialmente acompanhariam atividades da UNI/AC nas áreas Apurinã próximas a Rio Branco, programação que afinal não aconteceu e os dois aproveitaram a permanência em Rio Branco para contatos e leitura de material. No final de julho, acompanhados por Denise, foram até Pauini, sede do Projeto, e a partir dali cumpriram um programa nas áreas Guajahã, Peneri, Tacaquiri e Agua Preta. No início de setembro, Paulo Humberto se retirou, desistindo do estágio. Tânia desceu o rio Purus até a cidade de Lábrea. Ali participou da Assembléia dos povos Apurinã, Jarawara e Paumari, na área Caitetu, nos dias 7 a 11 de outubro.

Marta e Joaquinó tiveram oportunidade de permanecer um mês na Area Indígena Nove de Janeiro, aldeia Varadorzinho, com os índios Parintintim. No final de agosto, Joaquinó se retirou de Humaitá em virtude da doença de seu pai que viria a falecer em seguida, não vendo mais possibilidade de concluir a segunda e a terceira fases. Marta ainda acompanhou a equipe do Projeto Kawahib numa permanência entre os Parintintim do Lago das Pupunhas, retornando a Cuiabá no final de setembro. A permanência entre os Parintintim, participando de atividades diárias e de uma excursão de caça e pesca, permitiu conhecer com maior profundidade este povo, sua organização social, as atividades de produção e distribuição, regras de parentesco e outras. Estas observações puderam depois ser completadas com pesquisa bibliográfica.

Reginaldo e Sandra participaram de atividades tanto em aldeias Kulina, quanto Kanamari, através de permanências mais curtas nas áreas. O fato marcante foi a auto-demarcação das terras que se iniciou no mês de julho. Esta iniciativa é fruto de decisão da Assembléia do povo Kulina, realizada no ano anterior na aldeia do Medonho. Dois cursos de topografia, com duração de três dias cada um, foram realizados nas aldeias S. José e Torre da Lua, com assessoria técnica de um topógrafo. Em grupos de 15 pessoas, os Kulina iniciaram a abertura das picadas, com apoio técnico e logístico do topógrafo e da equipe. Embora as permanências curtas em várias aldeias, com atividades práticas, não permitissem a coleta de muitas informações, os estagiários tiveram uma experiência pessoal positiva, conhecendo diversos aspectos da vida deste povo, e avaliando suas próprias condições para um trabalho na região.

Quanto aos estágios práticos, os estagiários apontaram diversas dificuldades, como as curtas permanências em aldeias, não permitindo um conhecimento mais profundo dos índios e o levantamento de dados suficientes que se exigiriam depois na elaboração do relatório final. Outros apontaram também as dificuldades de relacionamento pessoal com as respectivas equipes, que não souberam apoiar e estimular a quem estava chegando. Imprevistos diversos ainda atrasaram ou alteraram os programas previamente elaborados.

As Oficinas de trabalho realizaram-se entre 20 de outubro a 30 de novembro. Com a desistência de Paulo Humberto e Joaquinó e estando Antonia e Josemar impossibilitados de participar devido ao acúmulo de trabalho no Projeto Amambai, o grupo ficou reduzido a seis pessoas, cumprindo o seguinte programa:

- Análise e organização dos dados colhidos em área, estudos de Antropologia, pesquisas bibliográficas e elaboração dos relatórios de área, com assessoria de Joana Fernandes.
- Dinâmica de Grupo, com acompanhamento de André Barreto, da UNICAMP.
- Linguística, com Márcio Silva. Os membros da Equipe Enawene-Nawe participaram deste estudo, aproveitando a disponibilidade do assessor.
- Educação Indígena, com Arlindo Leite.
- Economia Indígena, com Ivar Busatto.
- Avaliação final e conclusão dos relatórios.

Desta etapa foi ressaltado que o relatório sobre todos os dados colhidos e observados no estágio prático e acrescido ainda de uma pesquisa bibliográfica, tomou atenção e tempo excessivo do grupo, ao ponto de interferir no cumprimento de atividades das outras disciplinas. Portanto, também nesta fase, a Antropologia deveria se estender para duas semanas.

A avaliação do aproveitamento individual dos participantes foi positiva, possibilitando a cada um preparar-se para o indigenismo. Tanto as condições pessoais, de adaptação e de relacionamento principalmente, quanto o preparo político e profissional atendeu às expectativas do grupo. A atuação dos assessores, em que pesem algumas deficiências didáticas, foi elogiada devido ao seu domínio dos assuntos abordados e a grande experiência da maioria com a questão indígena.

Finalmente, colocou-se a necessidade de tratar mais sistematicamente, durante o estágio, a questão da Organização Indígena, buscando as experiências e informações disponíveis e uma metodologia adequada.

Com a finalidade de discutir e avaliar a divulgação, seleção, formação, o papel da OPAN e o perfil dos voluntários, a Coordenação promoveu o Seminário Repensando a OPAN, nos dias 11 a 14 de novembro, com a participação de Darci Secchi, Joana Fernandes, Márcio Silva, Vanda Barbosa e a equipe de Coordenação.

Traçando um quadro a partir da perspectiva histórica e avaliando o momento atual, levando em conta ainda inúmeras contribuições recebidas, o Seminário levantou propostas sobre divulgação, seleção e sobre as três fases do Estágio.

5. ACOMPANHAMENTO AOS PROJETOS DE TRABALHO

Particularmente neste último ano a Coordenação da OPAN, apoiada no programa de acompanhamento aos Projetos e disposta de recursos financeiros para sua execução, empenhou-se em conhecer de perto a realidade onde vivem e trabalham as suas equipes, e participar das atividades, discussões e avaliação do trabalho, de maneira a contribuir eficazmente para sedimentar as diretrizes políticas da entidade, adequação de práticas coerentes e a busca de soluções para impasses e dificuldades constatados. Decididamente, avaliamos que as ações de acompanhamento efetivadas neste ano favoreceram uma maior integração entre os membros e trabalhos da OPAN, que assim passou a atuar de forma mais coesa e participativa no campo indigenista global.

Projeto Zuruaha

A viagem aos Zuruaha foi realizada pelo coordenador geral no mês de maio, em conjunto com uma equipe de filmagem (CIMI/IBASE) e uma comitiva de índios Jarawara. A permanência de dez dias na aldeia permitiu levantar dados para uma avaliação posterior, pois a presença de um elevado número de "estranhos" limitou as ocasiões de reflexão no local com a equipe (Edinéia L. Porta e Ednelson Pereira, da OPAN, e Jônia Fank e Mara Oliveira, do CIMI).

As questões observadas foram objeto da discussão na reunião de avaliação marcada para 20 e 21 de junho, em Lábrea/AM, da qual participaram ainda Teresinha Weber, coordenadora da Pastoral Indigenista, D. Florentino Zabalza, bispo de Lábrea, e Miguel Feeney, coordenador do CIMI/Norte I. Basicamente, abordou-se: melhor definição dos objetivos do Projeto; planejamento de ações e conteúdos a partir de uma perspectiva pedagógica; estudo da questão do suicídio; meios de transporte e esquema de emergência; capacitação da equipe em saúde; financiamento; situação das demais comunidades indígenas na região do rio Tapauá. Uma posição mais clara sobre as responsabilidades das instituições envolvidas neste Projeto (Prelazia de Lábrea, CIMI/Norte I e OPAN) propiciou maior objetividade na definição dos rumos do trabalho da equipe.

Enquanto resultado mais imediato do acompanhamento e avaliação do Projeto Zuruaha, a Coordenação da OPAN colaborou com comentários e sugestões para a formulação do novo plano de trabalho e financiamento, referente ao período 1992-93, que foi apresentado à Katholische Jungschar (Austria).

Projeto Katukina

A avaliação do andamento do Projeto Katukina deu-se em conjunto com as demais equipes que atuam na Prelazia de Tefé, em Tefé/AM, nos dias 16 a 18 de julho, e teve como participantes a equipe de Coordenação da Pastoral Indigenista (Roberto e Iara), a equipe Kurlina (Hidenori e Ir. Consuelo), a equipe Katukina (Paulo Roberto, Danilo, Maria das Dores e Pascal, médico francês que acompanhou alguns meses a equipe), o coordenador do CIMI Norte I, Miguel Feeney, e o coordenador geral da OPAN. A discussão em conjunto foi bastante positiva, pois permitiu situar o trabalho de cada equipe num contexto mais amplo, regional e nacional, como também identificar algumas dificuldades comuns.

Quanto ao Projeto Katukina, destacou-se os principais problemas enfrentados pelos índios: forte exploração econômica por regatões e ribeirinhos, doenças contraídas dos regionais, dependência de medicamentos alopáticos e dilapidação dos recursos naturais (madeireiros, pesqueiros, coletores de ovos e bichos de casco, etc.). Os Katukina, contudo, não tem manifestado maiores resistências à invasão do seu território, e por outro lado têm a expectativa de que a equipe venha a supri-los com bens e medicamentos, ora escassos pela retração da economia extrativista. Por sua vez, o trabalho da equipe foi prejudicado por sucessivas crises de malária, meios de transporte lentos e pouco seguros, suprimento irregular de medicamentos e a falta de um microscópio.

A partir daí, foi traçada a programação para o segundo semestre e levantadas algumas propostas para enfrentar, mais sistematicamente, o grave quadro de saúde. Em particular, foi sugerida uma reunião das várias equipes que, no momento, têm se debatido com o recrudescimento da malária na Amazônia, a ser realizada após a Assembléia Geral da OPAN, em janeiro próximo.

Projetos Kulina e Canamari

No mês de fevereiro e março a equipe Kulina permaneceu em Cuiabá dedicando-se a elaboração de um novo projeto 1991-93, e para tratamentos de saúde. Por sua vez, o Projeto Canamari estava sem equipe durante este ano, e algumas atividades ali tiveram o apoio da equipe Kulina.

O coordenador geral visitou Eirunepé/AM no mês de outubro, quando, ao lado de reuniões de avaliação com a equipe Kulina (Rosa Monteiro e Angela Kurovski) e com o representante da UNI, Toya Mantineri, teve a oportunidade de participar da avaliação Canamari (na aldeia Japão, Igarapé Três Bocas) e tomar contato com os professores Kulina. Encontrou-se ainda com o grupo de apoio formado por profissionais de saúde, estudantes e outros interessados. Reuniu-se também com Vilma Ribeiro que, tendo atuado em 1990 no Projeto Canamari, agora afastava-se da região.

Na avaliação dos trabalhos do Projeto Kulina, foram examinadas as seguintes questões: o apoio à organização indígena; o andamento da auto-demarcação da área Médio Juruá; a atual situação alimentar; as ações educacionais e o curso de formação dos professores; o levantamento de saúde; a captação de recursos financeiros; e a metodologia de trabalho e relacionamento interno da equipe.

Alguns dados e observações levantados nesta viagem à região do Juruá contribuíram para uma análise da atual conjuntura sócio-econômica que a Amazônia atravessa, ou seja, a derrocada do sistema extrativista tradicional centrado na barracha. É neste contexto que as diretrizes dos Projetos indigenistas, que buscam uma maior autonomia das comunidades nos diversos campos (político, educacional, de saúde, econômico), precisam ser obrigatoriamente pensadas, sem o que redundarão em esforços meritórios, porém infrutíferos. Em todos os sentidos, será indispensável a participação ativa, consciente e permanente das próprias comunidades indígenas, em conjunto e apoiadas criticamente pelas equipes indigenistas, para a construção de alternativas factíveis e promissoras.

Como recomendação para a OPAN, convém reforçar a ação do Projeto Kulina, alocando mais pessoas na equipe, de modo a viabilizar a programação para os próximos dois anos. Da mesma maneira, procurar organizar uma nova equipe para trabalhar com os Canamari, traçando linhas claras para sua intervenção e buscando recursos financeiros para suas atividades.

Projeto Kawahib

O processo avaliativo do Projeto Kawahib intensificou-se a partir de julho de 1990 quando a Coordenação da OPAN explicitou uma série de questionamentos e sugestões quanto ao desempenho daquela equipe. Posteriormente, estes pontos foram tratados em sucessivas reuniões entre a equipe e a Coordenação, seja para consolidar os resultados da avaliação do Projeto, seja para formular as linhas para sua redefinição. Em suma, buscava-se delimitar a abrangência do Projeto, clarear seus objetivos e o perfil de sua intervenção e impulsionar articulações políticas que dessem sustentação à ação da equipe e às lutas das comunidades indígenas na região do Madeira.

O coordenador geral fez a visita de acompanhamento em novembro último, dando seguimento ao processo em curso. Na ocasião, a equipe encontrava-se reduzida a João Lobato, uma vez que Rosa Cartagenes havia se retirado para Florianópolis em outubro, após comunicar seu desligamento da OPAN. Houve a oportunidade de encontrar alguns Parintintin na própria cidade de Humaitá/AM, mas frustrou-se a tentativa de visitar uma de suas aldeias por dificuldades com transporte. Assim, a avaliação concentrou-se em reuniões com o único membro presente da equipe.

Procedemos a um balanço do processo de avaliação até então, checando alguns pontos de controvérsia. A destacar, a equipe não estaria convencida de que a "guinada" a "curto prazo", que estava sendo exigida, seria exequível. Alegava ainda que a avaliação da Coordenação não estaria contemplando o que vinha sendo feito e os resultados positivos já alcançados (maior reconhecimento das terras indígenas, respeito pelos povos indígenas, melhoria das condições de saúde). Diante disto, João Lobato manifestou seu provável afastamento do Projeto já na próxima Assembléia Geral da OPAN.

Constatando as dificuldades que a equipe enfrentava para dar sequência à proposta original de uma "ação preventiva" em favor dos Kawahib isolados, a Coordenação da OPAN havia insistido numa avaliação do Projeto, sugerindo novos encaminhamentos, uma vez que os objetivos iniciais pareciam descartados. Mostrava-se necessário uma leitura política mais consistente das forças locais, para identificar tanto os interesses contrários quanto possíveis aliados na região do Madeira, e assim retirar a equipe do isolamento em que se encontrava. Sobre isso, criticava-se ainda a proximidade excessiva com a FUNAI, fator de ambiguidade na identificação e mesmo no posicionamento da equipe. Percebia-se também o caráter paternalista/assistencialista das relações entre a equipe e as comunidades indígenas (Parintintin, principalmente) atendidas pelo Projeto, amplificado pela sedentarização da equipe em Humaitá. Concorrente a isto, faltavam prioridades claras para a aplicação dos recursos disponíveis para o Projeto. E, por fim, o fechamento da equipe para as discussões com o conjunto da OPAN prejudicou a viabilização dos ajustes necessários.

Nitidamente, a demanda da questão indígena na região era superior às possibilidades de resposta da equipe, e o simples atendimento das solicitações oriundas das comunidades indígenas não correspondiam a uma intervenção que alterasse o quadro

atual e mobilizasse as próprias comunidades a encontrar soluções para seus problemas.

A Coordenação, nestes termos, colaborou intensamente na formulação de um novo programa de ação, visando também o refinanciamento do Projeto. Este deveria contribuir para uma maior autonomia das comunidades indígenas no médio Madeira, em vista da defesa de suas terras, melhoria das condições de vida e preservação de seu patrimônio histórico e cultural. Abrangeria, primordialmente, as comunidades Parintintin (área Nove de Janeiro) e Tenharim (áreas Transamazônica e Igarapé Preto), correspondendo a uma população de mais de 550 pessoas, às quais a estrada Transamazônica é o principal acesso. Ações diferenciadas estariam voltadas para as demais comunidades da região (Pirahã, Torá, Apurinã, etc.).

Da parte da Coordenação, esperava-se que, ao lado do processo de integração dos estagiários ali encaminhados, tivesse início prontamente o realinhamento das atividades da equipe. Entretanto, é preciso reconhecer que, como constatou a visita de acompanhamento ao Projeto, não ocorreram alterações substantivas nas práticas cotidianas, notando-se ainda o viés assistencialista da presença em Humaitá e a pouca disponibilidade da equipe para visitas e reuniões nas aldeias indígenas.

Recomendou-se, então, para deliberação da Assembléia Geral da OPAN, compor uma nova equipe alinhada com as propostas traçadas no novo programa, de modo a impulsionar a atuação na região do Madeira, que é uma área de importância estratégica para a questão indígena na Amazônia, seja pelos povos que lá habitam, pelas disputas territoriais que estão configuradas, como também para uma crítica aos modelos predatórios de ocupação que estão sendo implementados.

Projeto Alto Solimões

Promoveu-se nos dias 4 e 5 de abril, em Manaus/AM, uma reunião de avaliação e planejamento, contando com representantes do CIMI/Norte I, da Prelazia do Alto Solimões, da OGPTB, um ex-membro da equipe e o coordenador financeiro da OPAN. O objetivo desta reunião era esclarecer os acontecimentos que culminaram com a saída da equipe da OPAN e avaliar a possibilidade de retomar os trabalhos na região.

Da avaliação, destacou-se que vários problemas surgiram por falta de acompanhamento quando assumiu a nova equipe, prejudicando o cumprimento do programa e atrasando a formulação do projeto financeiro para as agências que financiavam o trabalho.

O representante da OGPTB enfatizou a necessidade de apoio e assessoria para a elaboração de material didático e acompanhamento dos professores. Como para a OPAN não havia possibilidade imediata de encaminhar uma nova equipe, procurou-se em conjunto traçar um programa mínimo e a atribuição de algumas tarefas. Das prioridades apontadas, mostrava-se viável a reedição da cartilha de alfabetização, para a qual se buscaria assessoria linguística e a mobilização dos professores, com o respaldo do CIMI.

Ao longo do ano, tendo presente o desdobramento das ações sob responsabilidade da equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões, a Coordenação da OPAN avaliou que não havia mais condições políticas e técnicas para a retomada, pela entidade, dos trabalhos na região, posição que foi remetida para apreciação da Assembléia Geral.

Projeto Amambai

Mediante uma avaliação de dois anos de implantação da Escola Guarani, formulou-se uma nova programação e renovação do pedido de recursos. No mês de julho, o coordenador financeiro, acompanhou representantes de Katholische Jungschar, em uma visita ao Projeto para contato com a equipe, com os índios e com representantes da Prefeitura Municipal.

Nos dias 9 e 10 de setembro, realizou-se a avaliação do Projeto, na qual estiveram presentes Adélia Pereira e Antonia Diógenes, da equipe da OPAN, Josemar Pereira, do Núcleo de Educação Indígena, Levi e Paulo, do PKN, Valdir Perius, Secretário Municipal de Educação, e o coordenador financeiro da OPAN.

Inicialmente, foram apontadas as conquistas obtidas através de iniciativas das próprias comunidades que assumiram rápida e positivamente a "Escola Guarani", acreditando no novo modelo escolar, e literalmente ocuparam o espaço, impondo os conteúdos, a metodologia, adicionando novas questões. De imediato, destaca-se a eficiência do aprendizado em relação aos métodos anteriores. A falta de maiores recursos, no entanto, trouxe algumas dificuldades para a execução do programa.

Concluída a preparação básica dos professores para as quatro séries, os passos seguintes do programa se darão no sentido de aprofundar a formação dos professores e estender o alcance do programa, até o momento restrito ao município de Amambai/MS. Entretanto, ainda não foi possível avançar na discussão sobre a sustentação política do programa de educação Guarani, em particular diante da próxima renovação do Executivo Municipal.

Como desdobramento posterior, Adélia e Ivo mantiveram contato com integrantes do NIMEC (Núcleo Interdisciplinar para Melhoria do Ensino de Ciências), da Unicamp, para discutir a possibilidade de se oferecer cursos de capacitação e habilitação aos professores, iniciativa que dependerá, porém, de uma negociação com a Prefeitura Municipal, para buscar recursos e apoio na montagem do programa.

Projeto Enawene-Nawe

Sendo este o Projeto geograficamente mais próximo da Coordenação da OPAN, houve muitas ocasiões para encontro com a equipe, formada por Pedro Dias, Cleacir Sá e Fausto Campoli, com quem discutimos e planejamos o trabalho a ser feito.

A partir de Cuiabá, o apoio à equipe é prestado por Cláudio Conte, responsável pelos contatos, encaminhamentos

administrativos e outros. Em março, ele fez uma visita à área, junto com a equipe. Por estes motivos, para todas as ações e dificuldades que surgiram no Projeto, foi possível um acompanhamento intenso e favorável.

Em particular, o coordenador financeiro colaborou na elaboração do novo programa para financiamento, aprovado posteriormente por MISEREOR para o período de 1992-94. As iniciativas para se apoiar a auto-demarcação que está sendo realizada pelos Enawene-Nawe, cuja área foi delimitada pelo governo brasileiro, finalmente, no mês de setembro, exigiram várias reuniões preparatórias. Também as pressões para a retomada das investigações acerca do assassinato de Vicente Canhas, através da deputada Serys Shlessarenko, foram avaliadas em conjunto pela equipe de área, CIMI/MT e a advogada Michael Nolan.

Por fim, em novembro, promoveu-se uma reunião em Cuiabá, com a participação da equipe, da Coordenação, Virgínia Valadão, do Centro de Trabalho Indigenista, e membros do CERRA/UFMT, com o objetivo de debater medidas a serem efetivadas em relação à economia indígena, além de esboçar uma proposta para pesquisar o manejo que os Enawene-Nawe fazem dos recursos naturais existentes em seu território.

Projeto Pauini

Em março, a Coordenação se reuniu com Denise Garrafiel, em Cuiabá para um relato da situação e articulações da UNI e da oportunidade de se prosseguir com o Projeto Pauini. Denise informou que a UNI montou um programa de três anos com os Apurinã, na área de saúde, através de uma equipe volante. Para a UNI seria o momento de iniciar um programa de apoio à formação de professores e reforçar as articulações entre os Apurinã, inclusive em vista da demarcação, prevista para algumas áreas ainda neste ano.

Durante o ano, foram realizadas algumas tentativas para retomar as atividades da OPAN na região, porém, com pouco sucesso. As gestões junto à UNI/Acre e o apoio de Denise viabilizaram a realização de uma visita de estagiários, nos meses de julho e agosto, para conhecer a região e a problemática das comunidades Apurinã. Em seguida, uma das estagiárias permaneceu algumas semanas junto à equipe de Pastoral Indigenista de Lábrea, participando da assembléia indígena que aconteceu na aldeia Japiim, no rio Paciaá.

A não aprovação dos recursos financeiros solicitados a agências de ajuda, contudo, impossibilitou o prosseguimento da programação inicialmente prevista. Será necessário, portanto, aumentar os esforços para captar recursos financeiros para a retomada das atividades deste Projeto.

6. OUTRAS INICIATIVAS DA COORDENAÇÃO

A Coordenação, representando a OPAN, vem se articulando com outras entidades e participou de várias iniciativas mais amplas, seja ligadas à questão indígena e ambiental, seja ao movimento popular e sindical. Desta forma, foi necessário definir prioridades e alocar esforços, visando unir as lutas com outros segmentos organizados. Destacam-se algumas delas:

Com o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, que congrega várias entidades, pastorais e movimentos populares em Cuiabá. Devido às dificuldades de pessoal e de recursos financeiros, o Centro não funcionou sistematicamente, intervindo somente em algumas oportunidades (chacina de Matupá, expulsão de posseiros da Gleba União e ocupação da Gleba Piau), particularmente exercendo pressões junto às autoridades. Em 1991 reuniu-se várias vezes, na tentativa de reaglutinar a força de movimentos e entidades, conseguindo em dezembro realizar uma assembléia para eleição de uma diretoria que desse os encaminhamentos necessários. A OPAN está participando desta diretoria.

A Coordenação acompanhou várias discussões em torno da questão agrária e energética no Estado de Mato Grosso. Participou de seminários do GERA, colaborou com a Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores e apoiou também a organização do Fórum Estadual Contra a Violência, que resultou na criação de uma CPI para investigar o trabalho escravo no campo. Quanto à questão energética, a Coordenação posicionou-se sobre os programas de implantação de Usinas e a recente mudança de legislação no Estado que pretende privatizar o setor energético. Em particular, procurou se informar sobre a implantação de projetos em áreas indígenas, mobilizando-se contra a Usina 12 de Outubro, em terras dos índios Nambikwara e que atingirá diretamente os Enawene-Nawe, e a Usina de Juína, em terras dos Cinta Larga.

Na questão ambiental, intensificou-se a atuação da Coordenação no CONSEMA, onde tem assento ao lado de outras entidades ambientalistas. Propôs uma resolução que estende a proteção ambiental também às terras indígenas. Em Cuiabá, participamos de encontros de ONGs em preparação à ECO-92, convocado pela AME e que levantou uma pauta para o Mato Grosso e um quadro de dados para o Relatório Nacional Alternativo das ONGs, em elaboração. Da mesma forma, estivemos presentes no Seminário sobre Direito Ambiental, organizado pela Fundação Ecotrópica.

A OPAN se filiou também ao Fórum Nacional de ONGs, tendo participado, durante o ano, de dois encontros nacionais e no Encontro Latino-Americano. Certamente é uma articulação difícil diante da diversidade de atuação e de interesses, no campo popular e ambiental, sendo morosa nas iniciativas e na formulação de propostas para o Relatório Nacional Alternativo. No entanto, é um instância de manifestação e pressão dos segmentos organizados junto à Conferência Oficial (CNUMAD), marcada para 1 a 12 de junho/92, no sentido de buscar compromisso dos países participantes acerca dos grandes temas em pauta.

Em Cuiabá, a Coordenação se fez presente também na Plenária Popular de Luta, que reúne amplo espectro de entidades

do movimento popular e sindical, parlamentares e outros, resultando numa manifestação contra as políticas anti-populares dos Governos estadual e federal, no dia 15 de outubro.

No mês de junho, decidimos dar a público as provas que incriminam os mandantes do assassinato de Vicente Canhas, primeiramente na Assembléia Legislativa, através da deputada Serys Shlessarenko, e depois diretamente ao Secretário de Justiça, com apoio de parlamentares e entidades. Diante das evidências apresentadas, a Secretaria de Justiça se comprometeu em reabrir o Inquérito, nomeando novo Delegado para conduzir as investigações.

A destacar ainda a participação nas assembléias do CIMI-Regional/MT (junho) e CIMI-Nacional (julho) e do GTME (dezembro) bem como do Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Amazonia, em Manaus, promovido pelo Partido dos Trabalhadores (dezembro).

Em dezembro, João Dal Poz apresentou uma comunicação no Seminário sobre Laudos Periciais, promovido pela Comissão Pró-Índio/SP e pela Associação Brasileira de Antropologia.

A Coordenação se fez presente em debates na UFMT, com palestras durante a semana do índio (abril) e no 34o. Congresso dos Estudantes de Agronomia (agosto).

Neste ano o governo federal, que mostrava-se praticamente inativo em relação à política indigenista, tentou tomar a dianteira, tendo em vista fundamentalmente a repercussão internacional da questão indígena (em especial, o caso dos Yanomami) e a proximidade da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Com esse intuito, baixou nova regulamentação e procedimentos para a demarcação das terras indígenas, e divulgou a desobstrução de processos paralisados há vários anos. A Coordenação da OFAN, em conjunto com o Secretariado do CIMI, procedeu a uma avaliação do funcionamento e da eficácia da "Comissão Especial de Análise" que foi criada pela FUNAI para a revisão de 144 processos de áreas indígenas já identificadas. A partir dos contatos feitos na FUNAI em Brasília e das discussões com a assessoria do CIMI questionou-se, num parecer redigido pela Coordenação da OFAN, as medidas oficiais, que pouco representavam além do ordenamento jurídico destas áreas, uma vez que não há recursos disponíveis para desintrusão das mesmas ou sua demarcação física.

6. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

Ao final deste relatório anual, alguns pontos de avaliação do trabalho da Coordenação precisam ser destacados:

O processo de acompanhamento e avaliação periódica dos Projetos de Trabalho foi afinal sistematizado, incorporando-se à rotina e programação das Equipes, tendo como resultado maior definição de linhas, coesão de ação e colaboração entre os diversos Projetos de Trabalho.

A Coordenação e, de modo especial, as equipes se capacitaram mais, neste período, para a formulação de projetos de financiamento, esboçando assim programas de intervenção indigenista mais objetivos e estabelecendo parâmetros de acompanhamento e avaliação.

A realização do Seminário "REPENSANDO A OPAN" permitiu avaliar estratégias e conteúdos do processo de formação, desde a divulgação e seleção até as três etapas do Estágio.

As articulações políticas buscadas pela OPAN, seja para a realização dos trabalhos em área, seja para outras iniciativas, tiveram maior fluência e repercussão, permitindo somar forças em diversos momentos e campos.

De outra parte, a política de financiamento dos trabalhos não avançou significativamente, persistindo as dificuldades de recursos para a retomada de alguns trabalhos. Soma-se a isto a insuficiente incorporação de quadros qualificados para atender as demandas.

Por fim, avaliamos que, em alguns momentos, o andamento de trabalhos e iniciativas ficou comprometido, quando não se inviabilizou, devido ao lento processo de tomada de decisões que se verifica nas instâncias da OPAN, quando considerada em seu conjunto.

As PERSPECTIVAS que atualmente se colocam para a OPAN, resultam da caminhada empreendida durante o ano de 1991, e foram aprofundadas e consolidadas na Assembléia Geral de janeiro de 1992, destacando-se:

Empenhar-se para retomar alguns trabalhos e abrir novos campos de atuação. Para agregar recursos ao trabalho, tentar ampliar as fontes de financiamento, através de projetos menores e buscar a intermediação de pessoas que conhecem o trabalho desenvolvido pela OPAN.

Implementar uma política de divulgação mais agressiva, uma seleção mais rígida e maior exigência na formação, com o objetivo de ampliar os quadros qualificados.

Fortalecer as diretrizes de atuação nos campos da saúde e da educação e, no campo da economia indígena, discutir e implementar iniciativas concretas e programas que venham de encontro às necessidades das comunidades onde atuam as equipes.

Persistir no apoio à organização local das comunidades indígenas, seja primordialmente para defesa e demarcação de seus territórios, seja para discussão e encaminhamento de seus principais problemas.

Finalmente, estando em discussão no Congresso Nacional o novo Estatuto do Índio, a Coordenação assumiu a tarefa de participar do debate e recolher contribuições, ao mesmo tempo em que deve colaborar para a mobilização das comunidades indígenas, buscando uma definição favorável deste novo texto legal.

Cuiabá, aos 02 de abril de 1992.
COORDENAÇÃO DA OPAN.